

Anunciado o 'programa de mudanças'

Nas páginas 35 e 36 encontram-se as íntegras do programa de mudanças; antecipação de prazos de pagamentos de tributos; resumo do programa de racionalização dos gastos públicos; resumo das medidas de redução e moralização dos gastos públicos da administração direta; resumo do programa de mudanças voltado para o social; e o resumo do programa de justiça fiscal.

O presidente José Sarney anunciou, ontem, o "pacote" econômico — que foi chamado de "programa de mudanças" —, com propostas de alterações nas áreas fiscal, social e tributária, e critérios para a privatização das estatais. Em seu discurso, disse que as medidas representam um novo compromisso perante a Nação: construir um grande País no campo e também nas cidades. As medidas, que segundo o ministro da Fazenda, Dílson Funaro, irão "recolocar o Brasil no equilíbrio orçamentário", evitando novos aumentos de

impostos até o final do atual governo, permitirão que o País feche o orçamento do próximo ano com um déficit de apenas 0,5% do PIB (cerca de Cr\$ 17,5 trilhões), contra uma taxa de 2,7 a 2,8% em 1985.

Na opinião do ministro, o "pacote" resultará numa economia de Cr\$ 35 trilhões na administração da dívida interna, em decorrência da diminuição dos juros. Já as medidas da austeridade — que limitam as mordomias, principalmente no que se refere ao uso de veículos oficiais — propiciarão uma economia adicional de Cr\$ 8 trilhões,

enquanto as de natureza fiscal representarão Cr\$ 20 trilhões de antecipação. Além disso, o processo de privatização das estatais deverá gerar a obtenção de mais Cr\$ 15 trilhões. No que se refere à arrecadação tributária, o "pacote" permitirá uma receita extra entre Cr\$ 55 e Cr\$ 60 trilhões em 1986, contribuindo, ainda, para a redução do déficit operacional.

O "pacote" também contém quatro planos comunitários: dois no setor de alimentação e nutrição, um universalizando a assistência à

saúde, e o outro criando o "programa de medicamentos e imunobiológicos essenciais". Apesar da ênfase com que anunciou o "programa", Sarney hesitou muito ao decidir pela eliminação do Imposto de Renda na fonte para as camadas de menor renda, alertado que foi pelo seu assessor Luís Paulo Rosenberg para os efeitos perigosos da medida, principalmente em termos políticos. O plano já está no Congresso e poderá ser aprovado ainda hoje.

Brasília
Agência Estado